

O Estado de S. Paulo

20/5/1984

Notas e Informações

Bóias-frias: o que falta resolver

Os episódios registrados em Guariba e em Bebedouro podem e devem trazer preciosas lições aos nossos governantes. A paz social de que o País necessita para enfrentar as agruras da fase de ajustamento econômico por que passa atualmente, não se compadece com a política de incitação à revolta. Claro está que as soluções de que carece o setor agropecuário não se limitam à definição de uma política salarial para os trabalhadores do campo, a qual, aliás, inexistente, nem se restringem à formalização de um sistema de assistência social nos moldes daquele que rege os setores urbanos eivado de deficiências.

Convém ressaltar que o setor empresarial atendeu rapidamente às reivindicações dos cortadores de cana, reconhecendo a dramática situação social em que vivem. Os menos avisados poderiam acreditar que a presteza da iniciativa se deveu ao temor de ver os canaviais em chamas. Todavia, é preciso lembrar que a colheita da cana foi antecipada este ano, em condições bastante desvantajosas para usineiros e fornecedores. Como o governo não se dignou, até agora, a fixar os novos preços para esse setor, o trabalho da colheita foi iniciado sem que nada tivesse ficado definido. Além do mais, há uma expectativa pessimista quanto à liberação dos financiamentos de comercialização, tendo em vista as dificuldades financeiras por que passa o País. Assim, é quase certo que surgirão graves problemas de fluxo de caixa, os quais poderão acarretar atrasos no pagamento da mão-de-obra. Por trás de tudo isso, está a desastrosa política de subsídios ao açúcar, a que o governo não deu até agora uma solução, apesar de sua manifesta premência.

Mas não foi somente o conjunto de aspectos econômico-financeiros envolvidos na questão que motivou a rápida solução do litígio. Os cortadores de cana pertencem à categoria dos bóias-frias, uma das menos assistidas pela legislação social e salarial. Para que retornassem ao trabalho, era efetivamente necessário assegurar-lhes uma remuneração ligeiramente superior àquela que vinham percebendo, um dos principais itens de suas reivindicações. O retorno ao sistema de corte de cinco ruas é uma vitória da categoria, mas é antieconômico para os fornecedores, na medida em que acarreta gastos adicionais com a movimentação de veículos na lavoura. Nos países desenvolvidos, é adotado o sistema de sete ruas, mas os trabalhadores recebem salários mais compatíveis com suas necessidades. Além do mais, nesses países, a inflação não corrói os salários como costuma fazê-lo no Brasil. Assim terá um efeito de curta duração o aumento concedido, a persistir a inflação nos níveis atuais. Urge, portanto, atacar de frente os reais problemas dessa categoria de trabalhadores, caso contrário sobrarão motivos para novas explosões.

No caso dos apanhadores de laranja, o quadro é outro. As geadas ocorridas na Flórida no início do ano favoreceram uma alta bastante significativa das cotações do suco exportado pelo Brasil, propiciando às indústrias e aos produtores ganhos substanciais. Dessa forma, era natural que os trabalhadores viessem a reivindicar sua parte no quinhão, uma vez que continuavam a perceber os mesmos ganhos de antes da alta dos preços.

Na realidade, conquanto haja diferenças marcantes entre os dois casos, num e noutro saltam aos olhos as conseqüências da ausência de diretrizes de uma política salarial para os trabalhadores agrícolas. Não pode o governo persistir nessa atitude de indiferença ante a gravidade da situação do homem do campo, limitando sua ação apenas à instituição de cooperativas de trabalhadores, projeto este que pode ser louvável, mas cuja implantação se tem mostrado pouco efetiva até o momento. Os reajustes de salários no campo são objeto de

eterno desacerto entre os sindicatos patronais e dos trabalhadores, por falta de uma legislação específica, a qual não pode pautar-se pelo sistema do setor urbano. A isto acrescenta-se a anuência de um sistema previdenciário digno, capaz de justificar os descontos operados sobre o salário.

Se bem que as soluções encontradas para os conflitos ora ocorridos sejam satisfatórias no momento presente, isto não significa tenham sido eliminadas as razões dos conflitos. Reajustes de salário não atacam as causas da pobreza da mão-de-obra rural. Não há dúvida que o fato de ter sido estendido a todo o Estado o acordo com os cortadores de cana constitui um passo importante no sentido de aplainar o terreno para futuras negociações. Mas isso ainda é pouco. Para não ser novamente responsabilizado por acontecimentos como esses que abalaram o interior paulista, o governo deve tomar com urgência as providências necessárias para dotar o setor agrícola de uma legislação salarial e previdenciária específica.

(Página 3)